



www.idn.gov.pt • idn@idn.mdn.gov.pt

Nº 21

Setembro/Octubro
2007

Instituto da Defesa Nacional

Sarkozy e a Integração das Potências Emergentes

Henrique Raposo
Investigador no IDN

Os últimos anos têm sido marcados por um debate profundamente eurocêntrico: os actores dominantes do *status quo* internacional pós-Guerra Fria, europeus e americanos, têm debatido afincadamente a questão da legitimidade das intervenções armadas. Por norma, os europeus permaneceram fiéis ao *status quo* de 1945 (apenas o *multilateralismo* do Conselho de Segurança da ONU pode legitimar o uso da força), enquanto os americanos desafiam esse *status quo* (uma intervenção *unilateral* de uma democracia liberal pode ser legítima). Mas esta questão, apesar de relevante, não esgota o debate em torno da legitimidade na política internacional. O Ocidente tem descurado uma questão que se situa um pouco mais a montante: a legitimidade da própria ordem liberal internacional. Os europeus e americanos intervêm militarmente (Somália, Bósnia, Timor, Kosovo, Iraque) e depois discutem a legitimidade dessas intervenções. Americanos e europeus divergem na forma como esta ordem internacional deve ser defendida de forma legítima, mas consideram que a dita ordem é legítima *per se* e nunca questionam a

preponderância quase absoluta do *West* sobre o *Rest*. Os ocidentais têm discutido o que está a jusante (como justificar uma intervenção armada ocidental em nome da legítima ordem internacional que é liderada e protegida pelo Ocidente?), mas nunca se questionam sobre o que está a montante (a dita ordem internacional liberal, construída em 1945, continua a ser legítima? Este *status quo*, marcadamente eurocêntrico, é sustentável no século XXI? Pode o *Ocidente* continuar a actuar em nome da *Comunidade Internacional*?). Ora, no início do século XXI, uma série de potências emergentes não-ocidentais questionam, cada vez mais, este monopólio ocidental sobre a liderança da *comunidade internacional*. Para estes novos poderes (Brasil, África do Sul, Índia, etc.), a questão central não é a legitimidade desta ou daquela intervenção militar. O ponto fulcral da agenda de M. Singh ou Lula da Silva é a *ilegitimidade* da composição eurocêntrica da ONU, do proteccionismo ocidental na Organização Mundial do Comércio (OMC), do exclusivo ocidental sobre a presidência do FMI e do Banco Mundial. As potências emergentes contestam, portanto, a falta

de representatividade das grandes instituições internacionais. E esta posição já está a ter efeitos na forma como americanos e europeus olham para o mundo. Há um novo debate sobre *legitimidade* em cima da mesa. O debate em torno da legitimidade do *intervencionismo liberal* está a ser substituído pelo debate em torno da legitimidade da própria *ordem liberal internacional*.

Neste sentido, o grande discurso de Nicolas Sarkozy (27 Agosto) constituiu uma lufada de ar fresco. O novo Presidente francês coloca como prioridade da política externa francesa o seguinte tópico: «como integrar na nova ordem global os gigantes emergentes como a China, Índia ou o Brasil?». Sarkozy defende a integração da China, Brasil, México, África do Sul e Índia no G-8 (que passaria a designar-se G-13) e o alargamento do Conselho de Segurança da ONU (Alemanha, Japão, Índia, Brasil como novos membros permanentes). Em troca desta integração, Sarkozy exige que estes novos poderes respeitem as regras internacionais instituídas (ex: respeito pelos direitos de autor) e que assumam as suas responsabilidades (ex: redução das emissões de CO²). Até aqui tudo parece condizente com a necessidade de integrar os novos poderes. O problema é que Sarkozy parece esquecer o outro lado da moeda: a integração destas potências na ordem internacional tem custos para a Europa/França, ou seja, os europeus têm de ceder poder aos asiáticos *dentro* das estruturas da ordem internacional. Não basta dizer que é preciso integrar os asiáticos, é preciso estar consciente que essa integração diminui o poder e o *status* dos europeus no mundo. Sarkozy exige que os novos poderes respeitem as regras instituídas pelo Ocidente ao longo das últimas décadas. Mas se Paris quer que os asiáticos cumpram as nossas regras liberais/ocidentais, então, tem de ceder algum do seu poder aos asiáticos dentro da ordem liberal já estabelecida. Temos de encarar os asiáticos como *parceiros* (iguais aos europeus em termos de poder, prestígio e responsabilidade na hierarquia internacional)

e não como *discípulos* subalternos. A França não pode exigir à China o cumprimento das regras monetárias internacionais e, ao mesmo tempo, continuar a defender o monopólio europeu sobre a presidência do FMI. Fundado em 1944, o FMI foi liderado por franceses durante metade da sua existência. E, agora, outro francês prepara-se para ser presidente do FMI. Sarkozy afirma que o FMI deve fazer reformas indispensáveis para melhor espelhar as realidades de hoje, e que Dominique Strauss-Kahn é o nome indicado para esse desafio ao nível da direcção do FMI. Ora, é precisamente devido à nova realidade internacional que já não faz sentido a nomeação de Strauss-Kahn. Desde a fundação, uma regra informal determina que o Presidente do FMI deve ser sempre europeu (sendo que o Presidente do Banco Mundial deve ser sempre americano). Ora, esta regra informal fazia sentido em 1944, num mundo ainda totalmente europeu. Mas hoje, perante a emergência das potências não-ocidentais, esta regra não tem qualquer correspondência com o peso estrutural comparativo das economias. Um acordo de cavalheiros entre americanos e europeus que data de 1944 não tem qualquer legitimidade em 2007. Se Sarkozy pretende mesmo integrar as potências emergentes, então, tem de abdicar do monopólio europeu sobre a direcção do FMI (tal como os americanos têm de abdicar do monopólio sobre o Banco Mundial) e tem de rever o sistema de votação dentro desse organismo (ex: a minúscula Bélgica tem 2,12% do poder de votação enquanto a gigantesca Índia tem apenas 1,91%). Depois, há uma questão central que não foi abordada por Sarkozy: a Ronda de Doha na OMC. Se Sarkozy está realmente interessado em integrar as grandes potências do Sul, então, tem de abdicar do protecçãoismo agrícola da PAC. Será isso possível? Em todo o caso, é bom saber que os líderes europeus já despertaram para esta realidade imposta pela emergência da *Ásia* e do *Sul*. Porque nos EUA a questão

já é colocada nos seguintes termos: como integrar as potências emergentes na ordem internacional sem melindrar em excesso os velhos parceiros europeus (Daniel W. Drezner, *Foreign Affairs*, 86, 2)? O dilema americano é este: como dar poder aos asiáticos retirando esse mesmo poder aos europeus? Como satisfazer os asiáticos sem aviltar o orgulho europeu? Como retirar *poder* aos europeus sem afectar o *prestígio* da Europa? Este revisionismo americano (orientado para acomodar o revisionismo das potências emergentes e que tendencialmente secundariza o *status quo* eurocêntrico de 1945 e a própria importância relativa dos europeus) foi iniciado pela administração Bush e já está presente em todos os candidatos às eleições de 2008. Todos os candidatos à Casa Branca falam da necessidade de rever a ordem construída em 1944-1949 (Bretton Woods, ONU, NATO). Rudolph Giuliani, o principal candidato republicano, resume este revisionismo num parágrafo sintomático do *fim do atlantismo* em Washington: «Para a América, as alianças ocidentais são importantes, mas temos de reconhecer que a América, muitas vezes, ficará melhor servida se recorrer a outros aliados, velhos e novos. O futuro da América decide-se, em grande medida, na relação com os poderes emergentes da Ásia»; estes estados «devem receber, pelo menos, tanta atenção como a Europa» (*Foreign Affairs*, 86, 5). Ou seja, para os EUA, o Japão, Índia, Austrália, Coreia do Sul são

tão importantes como a França, quer como aliados estratégicos quer como parceiros da ordem internacional (FMI, OMC, ONU, etc.). A velha ordem internacional criada nos anos 40 assentou em algo completamente eurocêntrico: acordos formais e informais entre EUA e Europa ocidental. Este eurocentrismo prolongou-se até aos nossos dias. Hoje, a realidade do actual sistema obriga à revisão deste eurocentrismo. A ordem internacional pós-emergência da Ásia e do Sul, a nossa, assentará em acordos formais e informais entre americanos, asiáticos (sobretudo as democracias) e europeus. Estamos a passar de uma ordem assente no tandem eurocêntrico/transatlântico (americanos – europeus) para uma ordem baseada numa triangulação entre o mundo transpácífico e o mundo transatlântico com os EUA como vértice central (asiáticos – EUA – europeus). Sarkozy ainda discursa enquanto proprietário da ordem liberal. No fundo, Sarkozy pergunta como é que “nós”, europeus e americanos, vamos integrar os asiáticos (“eles”) na *nossa* ordem? Mas, na visão da América, o “nós” já inclui as democracias asiáticas. Para Washington, a ordem internacional não pertence por decreto às democracias do Atlântico Norte. Todas as democracias liberais, independentemente da posição geográfica e dos privilégios consagrados no *status quo* de 1944-1949, têm o direito a ter poder dentro da ordem internacional. Como é que Sarkozy reagirá a isto? ■

O Novo Negócio da China ou uma Nova Forma de Império?

Diana Soller
Investigadora no IDN

Nos últimos anos, África deixou de ser o continente esquecido. Países como o Gabão, a Nigéria, a Mauritânia, o Zimbabué, o Sudão, o Ruanda, o Quénia, a Tanzânia, a Etiópia ou mesmo Angola e Moçambique foram redescobertos pela China, que não perdeu tempo a fixar-se na sua nova oportunidade.

A China expande-se em África através do poder económico usando três vias: constrói ou reconstrói infra-estruturas (as estradas da Etiópia, o edifício do Senado no Gabão, as linhas ferroviárias em Angola); investe em sectores económicos chave (as telecomunicações em Moçambique, o petróleo e o gás natural na Mauritânia) e

faz empréstimos aos líderes que, por desrespeito aos direitos humanos, não são elegíveis pelo Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial. Este último aspecto é, aliás, o mais inquietante. Pequim tem sabido explorar as tensões diplomáticas entre países africanos e ocidentais. Veja-se o exemplo do Zimbabué: depois de Robert Mugabe ter introduzido uma controversa reforma agrícola, da qual resultou a introdução de sanções económicas por parte do ocidente (2004), cerca de uma centena de empresários chineses estabeleceu-se em Harare. Hoje, a China domina o negócio da agricultura, dos transportes e das telecomunicações móveis no Zimbabué. Também a Etiópia forneceu uma oportunidade à China no final da guerra com a Eritreia. Esquecida pelos europeus e americanos, Adis Abeba recebeu largas quantias de subsídios e empréstimos da China, permitindo que Pequim passasse a dominar sectores tão cruciais como o do petróleo, das ligações rodoviárias ou mercado farmacêutico.

Do ponto de vista político, a China adequou o seu discurso às necessidades africanas. Por um lado, reeditou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica - (1) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; (2) não-agressão; (3) não interferência nos assuntos internos; (4) igualdade e mútuo benefício e (5) coexistência pacífica - que constituem, desde 1954, um súpula das regras da diplomacia chinesa. Pequim sabe que o reforço deste discurso convém aos líderes africanos. Isenta-os, ao contrário do que acontece com os seus parceiros da Europa e dos Estados Unidos, de darem explicações acerca da sua política interna.

Por outro lado, a diplomacia chinesa tem posto o acento tónico no passado histórico. A China foi um império, é certo, mas foi um império limitado às suas próprias fronteiras. Os europeus, pelo contrário, possuíram impérios recentes, à custa da exploração de matérias-primas e populações africanas. O passado da China – segundo o discurso oficial – confere-lhe legitimidade

para ser o parceiro privilegiado com os Estados do continente africano. A verdade é que, no seu conjunto, esta abordagem da China tem tido resultados impressionantes: entre 2002 e 2003 o volume de negócios entre a China e África cresceu 50%, e em 2004 registou-se um aumento de mais 60%.

Estes números são reveladores de uma outra realidade: nos anos 1990, depois da queda do Muro de Berlim, a esmagadora maioria dos pensadores e decisores do mundo ocidental acreditavam que a expansão da economia de mercado era sinónimo de expansão de liberdade e democracia. A equação era simples: o crescimento do mercado livre daria origem a um enriquecimento generalizado dos países (o que se



http://z.about.com/d/worldnews/1/0/O/4/-/-/china_africa.png

verificou) e das populações. Como consequência, surgiria uma classe média mais informada, que chamaria a si a tarefa de liberalizar o seu próprio Estado (o que não aconteceu, em muitos casos). Além disso, o mercado livre era considerada a doutrina económica que melhor assentava ao regime democrático; uma abertura das fronteiras aos produtos ocidentais e à maior circulação de pessoas funcionaria como catalizador de ideias e costumes de liberdade.

A China, além de não dar sinais de liberalização, foi mais longe na inversão dos cálculos do ocidente: usa o seu vasto poder financeiro, que advém da economia de mercado, para fazer uma política externa não liberal. Por outras palavras, abre as portas para que os Estados africanos prossigam com a sua política de violação de direitos humanos, a despeito dos esforços da Europa e dos Estados Unidos para contornar a situação. A política externa chinesa está a fazer com que o Ocidente perca influência em África e a permitir o desenvolvimento de lideranças sem credibilidade que podem lançar os países em questão na rota dos Estados Falhados.

Qual é o interesse de Pequim? O mais imediato é, sem dúvida, o acesso a matérias-primas. Em franco

crescimento, a China necessita de garantir que a sua economia não irá estagnar devido à escassez de recursos, um dos problemas com que, tudo indica, as grandes economias mundiais se confrontarão no decorrer do século XXI. Mas poderá não ser só isso. Pelas suas acções, a China candidata-se a ser a potência com maior influência em África nas próximas décadas. África era o continente esquecido e esse vazio está a ser preenchido por Pequim. As intenções e as consequências estão ainda por definir. A pergunta que se coloca é, então, a seguinte: estamos apenas perante um novo negócio da China, ou Pequim está a estrear um nova política de imperialismo informal? ■

Paquistão: Um Só Caminho para Musharraf

Alexandre Homem Cristo, Ana Margarida Craveiro, Nélia Rosário Ribeiro
Estagiários no IDN

Sem grandes surpresas, no dia 6 de Outubro, o General Pervez Musharraf foi reeleito Presidente do Paquistão, embora não tenha abandonado o cargo de chefe das forças armadas. Apesar dos resultados não poderem ser ainda considerados oficiais, é improvável que o Supremo Tribunal de Justiça ponha em causa a legalidade das eleições. Visto que a Constituição de 1973 proíbe a acumulação das funções, o Tribunal concedeu ao General uma autorização especial provisória, justificada pela doutrina da necessidade, e dificilmente se irá agora opor à sua continuidade. Na verdade, a vitória de Musharraf foi esmagadora, conquanto tenha incorrido em várias ilegalidades, tendo a oposição recusado inclusive a participação na votação. Com esta vitória e após um ano turbulento, no qual o General ameaçou mesmo declarar o estado de emergência numa tentativa de recuperar o controlo do país, Musharraf terá provavelmente conseguido acalmar a oposição à sua liderança.

O momentâneo alívio da tensão política ainda não garantiu ao General uma governação confortável. Por um lado, perdeu influência dentro do seu próprio partido, o Liga Muçulmana do Paquistão Quaid-e-Azam (LMP-Q), devido à aliança com os Estados Unidos da América na luta contra o terrorismo. Enquanto principal destino dos refugiados Taliban, o Paquistão é um aliado incontornável no esforço anti-terrorista. Aos olhos do partido islâmico, Musharraf traiu o Islão ao aliar-se ao Ocidente no Afeganistão, bem como ao conduzir a perseguição aos Taliban no Médio Oriente.

Por outro lado, o General viu-se forçado, pela primeira vez em quase oito anos de poder, a lidar com a oposição. Benazir Bhutto anunciou o seu regresso ao país para dia 18 de Outubro. Bhutto, exilada desde Abril de 1999 no seguimento das acusações de corrupção de que foi alvo, advoga uma transição democrática seguidora da linha política secular do seu partido, o Partido do Povo Paquistanês (PPP). É de salientar que esta posição lhe

permitiu reunir o apoio popular para duas legislaturas (1988-90 e 1993-96), enquanto lhe garantiu igualmente o repúdio dos radicais islâmicos do país, uma força crescente no panorama político paquistanês.

O regresso da antiga Primeira-ministra prende-se à promessa de Musharraf de renunciar ao cargo de chefe das forças armadas no seu terceiro mandato presidencial, e à retirada das acusações, por ela consideradas injustas e politicamente motivadas. Tendo sido amnistiada recentemente, o retorno ao poder está cada vez mais ao seu alcance. A grande aspiração de Bhutto é ser reeleita Primeira-ministra, pela terceira vez, esperando assim recolocar o Paquistão na via da transição democrática. O maior obstáculo a este objectivo reside na inconstitucionalidade de um terceiro mandato, o que coloca Bhutto nas mãos de Musharraf.

O Presidente não tem, realmente, grandes escolhas a fazer, se se quiser manter no poder. Com o reforço no cargo, através do voto parlamentar, ganhou tempo para consolidar a sua posição, o que poderá fazer através da conquista de influências e da manipulação constitucional. Esta permitirá fugir à prometida abdicação do cargo de chefe das forças armadas, sem perder legitimidade de um ponto de vista estritamente legal. Na verdade, a promessa não é inédita, tendo já acontecido no passado, sem ser cumprida. A perda do comando sobre as forças armadas, principal estrutura de governação no Paquistão, significaria para Musharraf uma importante amputação do ponto de vista do exercício do poder. Quase toda a burocracia está, de alguma forma, relacionada com os militares, daí o ser essencial o seu controlo.

No entanto, a probabilidade maior residirá na abdicação do cargo que será atribuído a um leal apoiante do regime e do General, em particular. Apesar da importância dos militares no regime, Musharraf conseguirá assim evitar um novo golpe militar, mantendo as forças armadas sob a sua alçada, mesmo que indirectamente. Aberto o caminho à divisão das esferas política e militar, pode

finalmente convidar Bhutto para uma coexistência pacífica entre poder legislativo e poder presidencial, na certeza de que será sempre o vector dominante. Isto permitiria aliviar a tensão em relação a parte da população, descontente pelo desgaste de oito anos de ditadura militar e pelas recentes sublevações, como a que resultou no massacre da Mesquita Vermelha em Julho.

A liberdade de movimento de Musharraf prende-se muito mais com um factor exógeno do que com a situação nacional: a verdade é que os Estados Unidos continuarão a apoiar o regime, de forma quase incondicional, por muito que se discutam os reais méritos e resultados desta aliança. A eventual queda do Paquistão para um modelo de estado falhado, ou em risco de colapso, é um factor crucial na definição dos apoios políticos e financiamentos. Os renovados contactos com a Índia, numa clara evolução para relações mais estreitas, são prova desta necessidade. Neste momento, a prioridade não pode passar pela transição de regime, retomando o caminho da democracia, mas sim pela estabilização do contexto interno e, por arrastamento, regional. Os interesses geoestratégicos, nomeadamente o sucesso da guerra contra o terrorismo, obrigam à manutenção do *status quo*, ainda que, a prazo, a melhor solução para a questão paquistanesa seja a transição democrática. ■



General Pervez Musharraf
<http://upload.wikimedia.org/>

A Disputa pelo Ártico

António Paradelo
Ten.-Coronel Artº. Assessor no IDN

O aumento da temperatura que se tem vindo a registar nos pólos, devido ao efeito estufa, está a provocar um degelo acelerado das calotes polares. No ártico, durante o período de Verão, a navegação já é possível em quase toda a sua extensão e os cientistas dizem que dentro de 40 anos poderá ficar aberta a célebre passagem do Noroeste entre os oceanos Pacífico e Atlântico, mesmo durante o período de Inverno.

Com as passagens e as rotas de navegação abertas, durante um período do ano cada vez maior, iniciou-se a mais que previsível corrida às riquezas do Ártico. Petróleo, gás-natural, recursos piscatórios, minérios e o controlo das rotas navais são cobiçados por vários países.

Na linha da frente dos pretendentes a estas riquezas estão os Estados Unidos, Rússia, Canadá, Dinamarca e Noruega.

De Moscovo partiram as primeiras acções com vista à definição das novas fronteiras e dessas acções a mais emblemática foi a colocação da bandeira russa no fundo marinho, exactamente sobre o pólo norte. A Rússia reclama para si toda a área subaquática da Dorsal de Lomonosov, pois considera que é a parte submersa da cadeia de montanhas com o mesmo nome, argumentando que este território a mais de 200 milhas náuticas da sua costa norte e que se encontra dividido por um tratado da ONU, está ligado à sua plataforma continental. Esta pretensão é contestada pelo Canadá e Dinamarca que pretendem provar que as referidas montanhas submarinas são parte das respectivas plataformas continentais e rejeitam a alegação russa, afirmando que a questão geológica nada tem a ver com as disposições políticas.

Aliás, quer o Canadá quer a Dinamarca reconhecem ter actualmente explorações científicas em curso no Ártico e assumem a possibilidade de, no futuro, construir bases militares, além de outras medidas que possam tomar com vista a reclamarem por sua vez, eles também, aquela parcela do Ártico. Dias depois da expedição russa colocar a bandeira no fundo do mar sob o Pólo Norte, o Canadá respondeu às pretensões russas, tendo o seu primeiro-ministro, Stephen Harper realizado uma viagem de três dias, pela região ártica do país.

Em Julho, Harper já tinha anunciado planos para investir cerca de 2,8 mil milhões de dólares na construção de embarcações capazes de navegarem no Ártico. “Nós temos planos agressivos para o Ártico” – referiu, na ocasião ao Financial Times, o porta-voz do governo canadiano, Dimitri Soudas.

Os Estados Unidos por seu lado estão numa posição delicada, já que não ratificaram o tratado da ONU e assim o governo americano não se pode opor às pretensões russas. A Rússia entretanto e depois do sucesso que foi esta última expedição, já fez saber que vai continuar com expedições na região ártica, mas agora de maneira mais constante.



As novas fronteiras do Ártico
http://newsimg.bbc.co.uk/media/images/42433000/gif/_42433630_arctic_ice_map416_3.gif

Outra zona de gestão muito complexa, no Ártico, é o arquipélago de Svalbard, sob a soberania da Noruega, mas sobre o qual uma cláusula de um antigo acordo internacional do Ártico, dá a outros países o direito de explorar os seus recursos naturais. Actualmente a Noruega contesta o acordo, alegando que só dá direito exploratório às demais nações nas regiões de terra e não às jazidas sob as águas que cobrem a sua plataforma continental. Mas é claro que a questão é vista de outro ângulo sob a perspectiva dos outros países. O ministério das Relações Exteriores do Reino Unido tentou, há cerca de um ano, realizar uma reunião ao mais alto nível mas a Noruega furtou-se a esse encontro, que incluiria os Estados Unidos e a Rússia e que tinha por objectivo discutir o futuro das ilhas. A Noruega, o Reino Unido e a França, mantêm no arquipélago estações de pesquisa científica desde há muitos anos e os Estados Unidos e a Dinamarca também têm pretensões pelo controlo deste território.

Para além dos cinco países que já referimos, existem outros com presença no Ártico, como a China, o Japão ou a Coreia do Sul por exemplo, que têm em funcionamento estações científicas na região.

Mas o crescente interesse da comunidade internacional pelo Ártico, tem levado a que alguns países tenham começado a transformar as suas estações de pesquisa em bases militares, não sendo

possível hoje, destrinçar muito bem o que são umas e outras.

O que está em causa não é pouco: jazidas de petróleo e gás, diamantes, bancos de pesca de salmão e bacalhau e uma nova rota para o transporte comercial marítimo.

Actualmente já estão no Ártico inúmeras companhias petrolíferas em estudos de prospecção porque, numa área de 1 milhão de quilómetros quadrados de oceano, estão concentradas importantes reservas de petróleo e gás natural, ainda não exploradas.

Estudos estimam que o Ártico concentre cerca de 25% das reservas de petróleo e gás ainda desconhecidas no planeta. É o caso do mais recente estudo dos serviços geológicos dos Estados Unidos onde é considerada a possibilidade de que, de facto, 1/4 dos recursos energéticos do planeta que ainda não foram descobertos se encontra no Ártico.

Um outro tipo de confronto que pode vir a ocorrer no Ártico, será previsivelmente o que irá opor os governos e as companhias que aí estejam a operar, às organizações ambientalistas internacionais. A exploração dos recursos pode afectar um ecossistema tão frágil como é o Ártico e vir a pôr em causa a sobrevivência de espécies emblemáticas da região que já hoje se encontram ameaçadas de extinção, como é o caso do urso polar. ■

Actividades do IDN

Seminário *Transição Democrática no Mediterrâneo*

No dia 26 de Outubro realizou-se, no Instituto da Defesa Nacional, um Seminário Internacional subordinado ao tema *A Transição Democrática no Mediterrâneo*. O encontro teve como finalidade a sensibilização da sociedade civil para a temática das transições democráticas no sul do Mediterrâneo e o seu impacto no contexto da segurança regional. Os diversos especialistas nacionais e internacionais reflectiram sobre o impacto dessas transições na Europa e, particularmente, em Portugal.

Mais informações em www.idn.gov.pt

Seminário *Políticas de Segurança e Defesa dos Pequenos e Médios Estados Europeus*

No próximo dia 23 de Novembro, o Instituto da Defesa Nacional acolherá um seminário internacional subordinado ao tema *Políticas de Segurança e Defesa dos Pequenos e Médios Estados Europeus*. Este seminário será uma oportunidade para estudar e debater a segurança europeia e transatlântica do ponto de vista dos pequenos e médios Estados europeus, dentro de uma perspectiva tanto teórica como aplicada. Nele participarão os conferencistas dos seguintes países: **Portugal**: Isabel Ferreira Nunes e Miguel Freire do *Instituto da Defesa Nacional*; Miguel Monjardino da *Universidade Católica*; Carlos Gaspar, do *Instituto Português de Relações Internacionais*. **Suécia**: Walter Carlsnaes da *Universidade de Uppsala, Estocolmo*. **Holanda**: Rob de Wijk do *Centro de Estudos Estratégicos de Haia*. **Dinamarca**: Henrik Larsen da *Universidade de Copenhaga*. **Irlanda**: Ben Tonra e Sonja Kopf do *Instituto Europeu de Dublin*. **Reino Unido**: Lisbeth Aggestam do *Centro de Estudos Internacionais, Universidade de Cambridge*.

Mais informações em www.idn.gov.pt

High Level Course *Módulo 2*

O Instituto de Defesa Nacional organizou de 8 a 12 de Outubro o 2º Módulo do *High Level Course* (HLC) do *European Security and Defence College* (ESDC) que contou com a presença de 67 participantes dos países da UE oriundos dos respectivos institutos e academias de defesa bem como dos diferentes organismos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, e ainda de diversos organismos do Conselho, da Comissão e do Parlamento da União Europeia. Este Módulo foi dedicado ao conhecimento pormenorizado do desenvolvimento das capacidades da UE para a "Gestão de Crises", focando-se nos seus aspectos políticos e nas capacidades militares e civis no âmbito da PESD, incluindo os aspectos dos *Civilian Headline Goal 2008* e *Headline Goal 2010*, nas actividades da European Defence Agency (EDA) no que se relaciona com a I&D, armamento, indústria e mercados de armamento. Foram igualmente abordados aspectos relacionados com as políticas da União para o espaço, bem como os financeiros e os legais no âmbito da PESD.

Mais informações em www.idn.gov.pt

Curso de Defesa Nacional 2008 *Sessão Inicial*

Sob a presidência do Director do IDN, Tenente-General Aníbal Ferreira da Silva, teve lugar no dia 24 de Outubro de 2007 no auditório General Câmara Pina a *Sessão Inicial do Curso de Defesa Nacional 2008*, com a primeira conferência proferida pelo Prof. Doutor Adriano Moreira subordinada ao tema *A Reinvenção da Governança Mundial*.

Visita a Portugal do *NATO Defense College*

À semelhança dos anos anteriores, o 111º Curso do Colégio de Defesa NATO (Nadefcol) visitará Portugal nos dias 30 e 31 de Outubro próximo. O número total de participantes será de 140 (88 elementos do Curso, 10 do *staff* e 42 acompanhantes). Do programa consta, no dia 31 de Outubro de manhã, uma visita ao IDN, estando previstas exposições pelos representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Defesa Nacional (Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional) sobre a situação nacional, ao nível da Política Externa, da Economia e da Política de Defesa Nacional.